

Folha Bancária

Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região CUT

São Paulo
outubro 2022
número 6.259

LULA
48,4%



BOLSONARO
43,2%

O 1º turno das eleições evidenciou uma disputa polarizada entre os dois candidatos que chegaram ao 2º turno: Lula, com 48,43% dos votos; e Bolsonaro, com 43,2%. Projetos opostos, sobretudo na perspectiva dos trabalhadores.

De um lado, Lula propõe revogar pontos nocivos da reforma trabalhista e a lei do teto de gastos; reajustar anualmente a tabela do imposto de renda, isentar quem ganha até R\$ 3 mil e alterar a alíquota das demais faixas (de R\$ 3 mil a R\$ 3.900, alíquota de 7,5%; de R\$ 3.900 a R\$ 4.800, 15%; R\$ 4.800 a R\$ 5.700, 22,5%; e acima de R\$ 5.700, 27,5%); retomar a política de valorização do salário mínimo; reestabelecer o acesso gratuito à Justiça do Trabalho; realizar uma reforma tributária, com simplificação de tributos e modelo progressivo; acabar com a PPI (Política de Paridade de Preços) na Petrobras, barateando combustíveis; e fortalecer bancos públicos.

Do outro, Bolsonaro já mostrou que sua agenda é privatista e contrária aos direitos dos trabalhadores. No dia 27 de setembro, por exemplo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que vai privatizar estatais de

maneira irrestrita, o que inclui Banco do Brasil e Caixa.

Quanto ao reajuste da tabela do imposto de renda, Bolsonaro não o fez em nenhum ano, o que reduziu a PLR e corroe reajustes dos bancários. Através de duas medidas provisórias (MP 905 e MP 1045), Bolsonaro tentou acabar com a jornada bancária e normalizar o trabalho aos finais de semana.

Bolsonaro também tornou a aposentadoria mais distante e com benefícios menores; com a carteira verde e amarela, quer equiparar todos trabalhadores aos informais, que já são 39,7% da população ocupada sem direitos; encomendou estudo que propõe fim da multa de 40% no FGTS nas demissões sem justa causa; apoia a terceirização; e defende acordos individuais entre patrão e empregado.

Na hora de votar observe como os partidos dos dois candidatos votaram em pautas de interesse dos trabalhadores, dos seus familiares, e da sociedade em geral. Quem votou por retirada de direitos não mudará. Para isso, acesse www.quemfoiquem.org.br, e compare ações e posicionamentos.



**SEU VOTO VAI DECIDIR
O FUTURO DO PAÍS E EM
QUAIS CONDIÇÕES OS
TRABALHADORES VÃO
LUTAR PELA MANUTENÇÃO
DE DIREITOS E POR NOVAS
CONQUISTAS.**

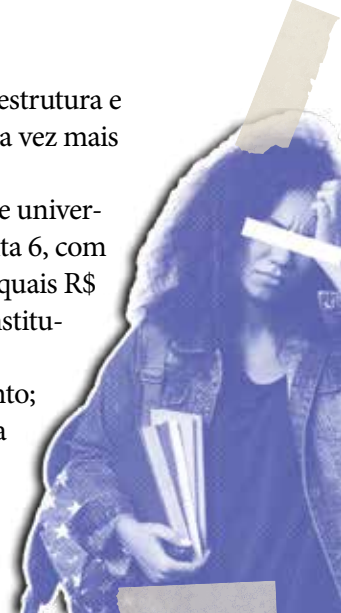
EDUCAÇÃO ASFIXIADA

O **sonho** de ingressar em uma universidade, com excelente estrutura e ótimos professores, sem pagar milhares de reais, pode estar cada vez mais **distante**.

Isso porque o **governo** federal tenta **asfixiar** financeiramente universidades e institutos federais. O última tentativa ocorreu na quinta 6, com o bloqueio de mais de **R\$ 2,4 bi** destinados ao MEC, dentre os quais R\$ 328 milhões das universidades federais e R\$ 147 milhões dos institutos. Após pressão de estudantes e reitores, o governo recuou.

Para 2023, a **educação** infantil **perderá** 96% do seu orçamento; a Educação de Jovens e Adultos (EJA) 56%; e a Educação Básica teve corte de R\$ 1,096 bi.

Enquanto isso, o governo federal reservou R\$ 19,4 bilhões para o **orçamento secreto** em 2023.



TRABALHADOR NÃO PODE SER COAGIDO



Qualquer forma de **coação** ou **incentivo** para que o trabalhador vote em candidatos indicados pelo patrão configura **assédio eleitoral**.

Esta **prática criminosa** - que já foi flagrada nestas eleições e exposta em vídeos que circulam na imprensa e redes sociais - deve ser denunciada ao **Ministério Público do Trabalho (MPT)**, no mpt.mp.br, na aba **Denuncie**, ou pelo aplicativo "Pardal", disponível para Android e iOS; e também ao **Sindicato**.

NÃO CAIA EM FAKE NEWS! DENUNCIE!

Banheiro unissex nas escolas, fechamento de igrejas, satanismo. Não são poucas **fake news** que estão circulando nestas eleições.

Algumas destas fake news são mais óbvias, outras nem tanto. Portanto, se você estiver na **dúvida** sobre a veracidade de alguma notícia, **busque** a página Fato ou Boato, do TSE, e agências de verificação de notícias como, por exemplo, a Lupa e o UOL Confere.

PARA DENUNCIAR FAKE NEWS AO TSE ACESSE:

 bit.ly/DenuncieFake



TSE



LUPA



UOL CONFERE



SAIBA QUAL O POSICIONAMENTO DO COMANDO NACIONAL DOS BANCÁRIOS NESTAS ELEIÇÕES

SINDICATO NA LUTA CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO NO SANTANDER

SAIBA MAIS



“VAMOS CONTINUAR NOSSA LUTA CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO NO SANTANDER. E ESPERO QUE VOCÊ, BANCÁRIO DO SANTANDER, DO ITAÚ, DO BANCO DO BRASIL, DE TODOS OS BANCOS, VENHA PARA ESSA LUTA, PORQUE NÃO PODEMOS ACEITAR QUE UMA PARTE DA CATEGORIA SEJA ATACADA DESTA FORMA”

IVONE SILVA, PRESIDENTA DO SINDICATO.

CONFIRA COMO FORAM OS PROTESTOS CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO NO SANTANDER



▶ Ivone Silva, presidenta do Sindicato, dá o seu recado contra a terceirização no Santander



▶ O bancário Luiz Claudio Marcolino, deputado estadual eleito, no protesto na Torre



▶ Juliana Cardoso, deputada federal eleita, soma forças contra a terceirização no Santander



▶ Vera Marchioni, diretora executiva do Sindicato, durante protesto no Radar.



▶ Lucimara Malaquias, diretora executiva do Sindicato, denuncia os prejuízos da terceirização



▶ Rita Berlofa, dirigente do Sindicato e bancária do Santander



▶ Sindicato mobilizado em defesa dos bancários do Santander



▶ Protesto contra a terceirização na Torre Santander



▶ Dirigentes do Sindicato em protesto no Conexão.

(CONTINUAÇÃO)



▶ Bancários da Torre mobilizados contra a terceirização



▶ Maria Rosani, diretora do Sindicato, mobiliza os bancários do Radar.



▶ Ana Marta, dirigente do Sindicato e bancária do Santander, em protesto na Torre.



▶ Protesto no Radar contra a terceirização no Santander

BOLSONARO ATACA FUNDOS DE PENSÃO DOS TRABALHADORES



Entrou em vigor, em 1º de outubro, a resolução 15 da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), que estabelece procedimentos para retirada de patrocínio e rescisão unilateral dos planos de previdência fechada, como a Funcef (Fundação dos Economizadores Federais) e a Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil).

Em março deste ano, o CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar), que regula a previdência complementar, publicou a resolução 53 sobre o mesmo tema. Como a Previc tem função de fiscalização, teve que fazer os ajustes nas mesmas regras.

A previsão da retirada de patrocínio já existia. A resolução 53 é uma

réplica de outra resolução de 2003 (resolução 11 do CNPC), porém os ataques vêm se intensificando com as reedições das legislações.

Para o movimento sindical, no atual momento político de incertezas, desmontes e ataques às estatais, em eventual contexto de privatização, há possibilidade real de retirada de patrocínio dos planos das entidades fechadas.

“Para nós, este é mais um plano orquestrado pelo governo Bolsonaro para diminuir o benefício pós-emprego e os custos com os trabalhadores, e para facilitar a privatização das empresas públicas”, afirma Sergio Takemoto, presidente da Fenaef (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal).

“O que está sendo implementado

no sentido de promover o desmonte dos bancos públicos e demais empresas públicas, os ataques aos direitos trabalhistas e a extinção de políticas sociais deve estar em nossas mentes na hora de irmos às urnas no segundo turno das eleições”, avalia João Fukunaga, coordenador da CEEBB (Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil), membro do Comitê de Luta em Defesa do Banco do Brasil e diretor executivo do Sindicato.

“Precisamos nos unir na defesa das empresas públicas, dos fundos de pensão e de toda a pauta da classe trabalhadora, que estão em risco com o projeto de governo e de país de Bolsonaro e Paulo Guedes”, enfatiza Neiva Ribeiro, secretária-geral do Sindicato.